

O PROGRAMA DO LEITE NO FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS-PB

Suayze Douglas da Silva¹
Verônica Pereira de Medeiros²
Anieres Barbosa da Silva³

Resumo

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o Programa do Leite enquanto política pública que busca tanto o fortalecimento da pecuária leiteira quanto à promoção do desenvolvimento social no município de Cabaceiras-PB. Esse município, localizado na região do Cariri paraibano, possui uma economia relacionada às atividades do setor primário, principalmente a pecuária bovina e caprina. Na elaboração do artigo foram utilizados diversos procedimentos de pesquisa, dentre os quais destacamos o levantamento bibliográfico, a coleta de dados secundários em órgãos públicos e os trabalhos de campo. A análise dos dados obtidos nos permite inferir que o Programa do Leite vem propiciando dinâmicas socioterritoriais na área de estudo, como ressaltado ao longo do texto. Pesquisa em andamento.

Palavras-chave: Desenvolvimento social, Políticas públicas, PAA/Leite.

Introdução

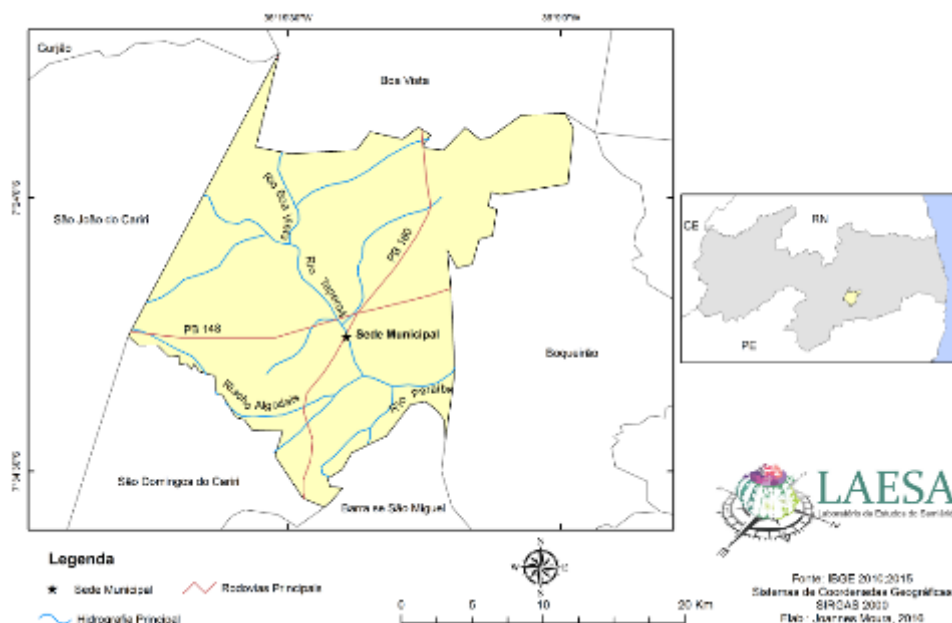
O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o Programa do Leite enquanto política pública que busca tanto o fortalecimento da pecuária leiteira quanto à promoção do desenvolvimento social no município de Cabaceiras-PB (**Mapa 01**). Esse município, localizado na região do Cariri paraibano, possui uma extensão territorial de 453 km² e conta com uma população total de 5.035 habitantes, dos quais 2.818 residem na zona rural, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

As temperaturas médias elevadas (aproximadamente 27°C), os déficits hídricos acentuados, a caatinga hiperxerófila, a ocorrência de secas periódicas e as limitações do solo, os quais são rasos e muitas vezes apresentam alto teor de salinidade, são alguns elementos naturais que compõem a paisagem de Cabaceiras (SOUZA, 2008). Além disso, também chama atenção no município estudado, as precipitações, sendo registradas médias pluviométricas inferiores a 300 mm anuais (CABRAL, 1977).

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: suayzedouglas@hotmail.com

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: veronicamedeiros.geo@hotmail.com

³ Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: anieres@uol.com.br



Mapa 01 – Recorte espacial da pesquisa

Os baixos índices pluviométricos aí dominantes são compreendidos a partir da própria localização do território. Ele está situado no fim do percurso dos fluxos úmidos que se direcionam para o semiárido nordestino e em situação de sotavento, fazendo parte da diagonal mais seca do Brasil, com médias pluviométricas de cerca de 500 mm/ano (NIMER, 1979).

Tais características, sobretudo no período de estiagens prolongadas, tem comprometido o sistema produtivo, e intensificado os problemas sociais, tendo em vista que a economia do município de Cabaceiras está relacionada às atividades do setor primário, principalmente a pecuária leiteira.

Nos últimos anos, a pecuária leiteira vem se constituindo como uma das mais importantes atividades econômicas do município de Cabaceiras. É tão significativa que comumente no mês de junho, ocorre o festival de caprinos e ovinos do Estado da Paraíba, denominado de Festa de Bode Rei, a qual vem valorizando os criadores desses animais no intuito de fortalecer a cadeia produtiva, isto é, fortificar cada vez mais a produção do leite, do couro e da carne. Para evidenciar a importância da pecuária em Cabaceiras apresentamos o gráfico a seguir que demonstra o aumento da quantidade de efetivo de rebanhos entre os anos de 1990 e 2010.

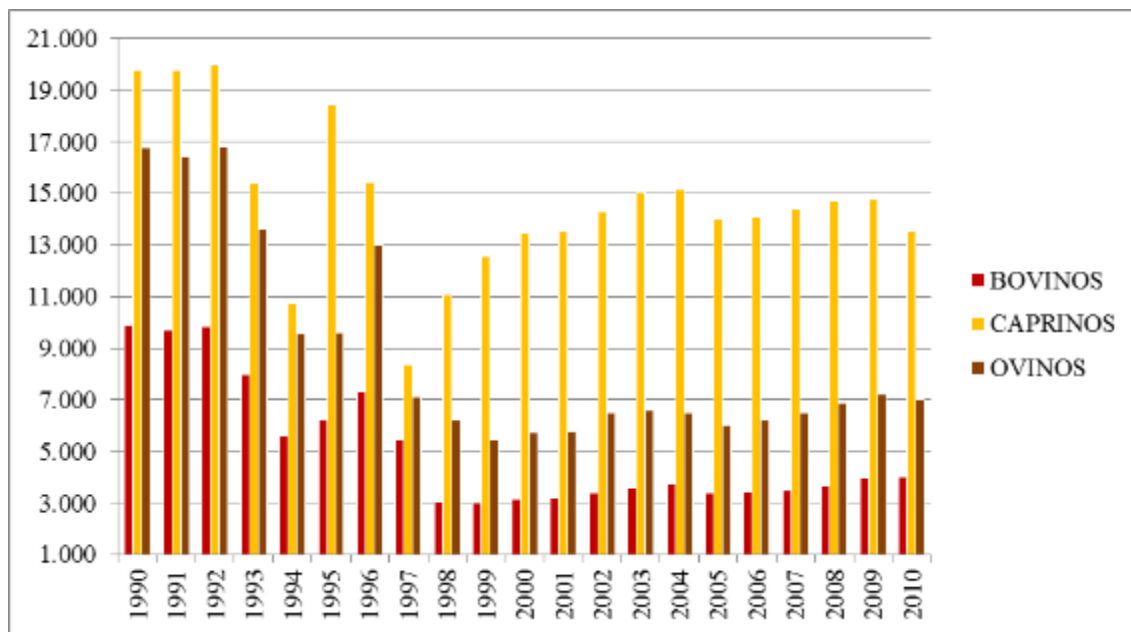


Gráfico 01 – Efetivo de rebanhos no município de Cabaceiras-PB (1990-2010)

Ao analisarem o crescimento da pecuária no município de Cabaceiras, Silva; Medeiros; Silva; Silva (2016) ressaltam que o número de caprinos e ovinos se manteve superior ao de bovinos em todos os anos apresentados no estudo, isto é, de 1990 até 2010. O aumento do rebanho se deve a diversos fatores, como a adaptação dos animais ao ambiente semiárido e os estímulos governamentais de incentivo à pecuária, sobretudo a caprinocultura. Tais incentivos, por meio de políticas públicas, possibilitaram, além do aumento do número efetivo de cabeças, a melhoria do padrão genético e a produção de mercadorias derivadas da atividade pecuária, ou seja, buscou-se a modernização da produção também para fins comerciais.

Nesse processo, o Governo do Estado da Paraíba teve papel importante na medida em que passou a absorver parte da produção leiteira da agricultura familiar camponesa. O leite, após o beneficiamento, é destinado para a merenda escolar através do Programa do Leite, que está sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O Programa do Leite garante a distribuição gratuita no intuito de combater à desnutrição de cidadãos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população através do aumento de consumo do leite. Essa política pública é um desdobramento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado por meio do Art. 19 da Lei nº 10,696 de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, que dentre os seus objetivos estão:

incentivar a produção agrícola e destiná-la para aquelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, em outras palavras, essa política pública auxilia no combate a fome e a pobreza no Brasil, além de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar.

Na elaboração do artigo foram utilizados diversos procedimentos de pesquisa, dentre os quais destacamos o levantamento bibliográfico, a coleta de dados secundários em órgãos públicos e os trabalhos de campo. Esses procedimentos foram fundamentais para ampliarmos o conhecimento sobre os conceitos fundantes da pesquisa e estabelecer, dessa maneira, uma aproximação com a área de estudo. Para isso, as discussões que permeiam o presente estudo estão embasadas em torno de informações qualitativas e quantitativas referentes ao Programa do Leite e ao processo produtivo, e apoiam-se na dialética como referencial de análise e compreensão das dinâmicas socioterritoriais existentes na área pesquisada.

Resultados e Discussões

Existem distintos referenciais por meio dos quais é possível realizar uma análise e compreensão de processos e dinâmicas de desenvolvimento, uma vez que por muito tempo inúmeras discussões foram desencadeadas por pesquisadores e teóricos para responder diversos questionamentos, como por exemplo: Como promover o desenvolvimento em regiões carentes e estagnadas economicamente? Até que ponto as políticas públicas tem sido eficazes na eliminação das privações de liberdade das populações? O que mudou com relação à implementação de políticas públicas com vistas à promoção do desenvolvimento social?

Sabemos que o desenvolvimento de uma localidade, uma região ou um país é afetado por muitos fatores. Por isso, comungamos com o pensamento de Amartya Sen (2000) sobre a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo múltiplas instituições e as muitas condições de agentes, relacionadas de forma interativa para se analisar o desenvolvimento, que “consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p.10-11).

Para o autor, é preciso remover as principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e a tirania, a carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de Estados repressores, para que se obtenha o desenvolvimento social. Ressalta, ainda, que o mundo

global em que vivemos nega liberdades elementares à grande maioria das pessoas, ou seja, a liberdade de saciar a fome, de obter nutrição satisfatória ou de obter remédios, a oportunidade de vestir-se ou de morar de modo adequado, de ter acesso à água tratada, saneamento básico, programas de assistência médica e educação. Enfim, nega as liberdades políticas e civis e impõe restrições à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

Nessa perspectiva, apresenta-se a intenção de expandir as oportunidades de cada pessoa através da promoção de políticas públicas ou políticas estatais, entendidas neste estudo como as decisões no Estado de determinar a sua presença orgânica concreta nas diferentes esferas da sociedade. Essa presença se efetiva por meio das funções do Estado, de tal modo que as políticas e sua prática são expressas institucionalmente pelas leis, programas e projetos, dentre outros.

A partir da década de 1990, com a criação, por exemplo, do PAA, houve a “substituição” das políticas macroeconômicas e setoriais, até então vigentes, para uma abordagem territorial, possibilitando, dessa maneira, que o Estado brasileiro reconhecesse as demandas locais.

Nesse sentido, as políticas públicas pós-década de 1990 foram formuladas na perspectiva de valorizar também os aspectos sociais e políticos, ou seja, as particularidades de cada local, as dificuldades primárias e as potencialidades, são elementos que começaram a ser pensado e debatido (HENTZ; ARISTIDES; HESPANHOL, 2015).

Com a criação do MDS, em janeiro de 2004, a política social no país foi sendo desenhada a partir do envolvimento dos diferentes atores locais na execução de Programas e na otimização dos recursos no território, com base na parceria entre Estado e sociedade civil. Aquele contexto, chamado muitas vezes de desenvolvimento social, foi marcado pela ampliação dos quadros da máquina do Estado, assim como, pelo planejamento nacional de caráter participativo, promovendo, portanto, a reflexão e a elaboração de políticas públicas nacionais com distintas trajetórias, no entanto, para Steinberger (2013) tais políticas apresentam como elemento comum à fundamentação espacial.

Diante do cenário apresentado, se faz necessário estudar as políticas públicas pelo enfoque geográfico, ou seja, entendê-las como uma política espacial que repercute no espaço geográfico, compreendido como social e histórico, uma vez que para Santos e Silveira (2008) o espaço “se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e

suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.11).

Na perspectiva analítica apresentada pelos autores, o território é sinônimo de espaço geográfico, tendo em vista que o “território está sempre presente, explícita ou implicitamente, nas ações de políticas públicas. Desta maneira, admite-se que todas as políticas públicas têm uma dimensão territorial” (STEINBERGER, 2013, p.63).

De acordo com Silveira (2008), o território usado abriga as ações passadas (solidificadas nos objetos e normas) e as ações presentes (aquelas que se realizam no período atual), em outras palavras, o território usado é produzido, por exemplo, pelos indivíduos, ao longo da história, bem como permite uma visão unificada dos problemas sociais, econômicos e políticos.

O território, nesse caso, é definido a partir de seus usos, das experiências e resultados e das organizações de cooperação que foram geradas pelos seus usos e para esses usos, numa interação dos atores sociais. Ele exerce um papel ativo, na medida em que é, simultaneamente, um ator (agente) e um palco (lugar), como destacado por Santos e Silveira (2008). Esses autores também advertem que:

os territórios são, essencialmente, o resultado de formas específicas de interação social, que implicam em cooperação e conflito, ou da capacidade dos indivíduos e organizações locais, de promover vínculos dinâmicos, capazes de valorizar os sistemas naturais herdados, os objetos técnicos e culturais historicamente construídos e, também, as tramas sociais e políticas (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.150).

A partir desse pensamento podemos explicar o adjetivo “usado” da categoria “território usado”, tendo em vista os seguintes questionamentos: usado como, onde, por quem e para quê? Logo, a utilização desse conceito permite identificar os usos, os usuários e os conflitos existentes que surgem dos usos do território (STEINBERGER, 2013).

Nesse contexto, depreende-se que a concepção contemporânea do desenvolvimento abrange de igual forma, aspectos econômicos e sociais. Trata-se de uma visão relacionada à qualidade de vida, sem deixar de buscar a eficiência produtiva, pois se volta para as necessidades dos indivíduos e para a participação destes no processo de desenvolvimento. Com esse entendimento, o desenvolvimento pode ser visto como resultante de ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais, configuradas em um

processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados e se encontra em uma base territorial, local ou regional (SCHNEIDER, 2003).

Durante muito tempo a situação de fome, pobreza e atraso econômico do Nordeste foi debitada na conta das secas, das condições físico-climáticas da região. Nesse sentido, as condições naturais presentes no espaço semiárido, do qual o município de Cabaceiras faz parte, foram utilizadas para justificar o quadro de precariedade das infraestruturas sociais e econômicas. Tal pensamento desencadeou uma série de proposições que apresentavam soluções voltadas para o combate à seca e não aos seus efeitos, numa tentativa de mudar a realidade natural. Essa maneira de compreender os problemas do semiárido provocou o surgimento da indústria da seca⁴, considerada como um caminho seguro para a (re)configuração ou (re)produção do domínio político das oligarquias locais (FERREIRA, 1993).

Distanciando-se desta concepção que atribui aos elementos naturais à responsabilidade de causadores dos problemas sociais e econômicos, Oliveira (2013) e Silva (2015) destacam que o Cariri paraibano é caracterizado por uma concentração de poder político e econômico, configurando, com isso, um espaço com pouca ou nenhuma participação da sua população na organização e na gestão do território.

As precariedades de infraestrutura de serviços e de equipamentos sociais colaboram, portanto, para as condições mínimas de reprodução social das populações e tornam-se elementos impeditivos para o desenvolvimento de capacidades e de liberdade. Deste modo, a população economicamente pobre e sem condições mínimas de reprodução social se transforma numa presa fácil do assistencialismo e da dependência de favores dos políticos locais.

Na busca de mudar a realidade socioeconômica e política presente nos municípios que compõem a região do Cariri paraibano, diversas experiências de planejamento e gestão foram criadas. Uma delas foi o Pacto Novo Cariri, criado no ano de 2000, concebido na tentativa de promover o desenvolvimento local, através, por exemplo, da modernização das atividades produtivas desenvolvidas naquela região, conforme a lógica econômica do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (OLIVEIRA, 2013).

As reflexões em torno do local proporcionaram que as ações do Pacto, na grande maioria, através do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), ocorressem

⁴ Trata-se de uma prática dos grupos políticos e seus aliados que se aproveitam das secas periódicas para se apropriarem de recursos públicos com o pretexto de combatê-las (FERREIRA, 1993).

por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), os quais são “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos” (SANTOS, 2012, p.62). Nessa perspectiva, Oliveira (2013) destaca algumas das ações do Pacto Cariri, a saber:

a) o desenvolvimento da micro e pequena empresa; b) o desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura; c) o fortalecimento e o desenvolvimento do artesanato; d) a modernização gerencial e o fortalecimento da administração pública; e) a mobilização e a capacitação de comunidades; f) a preservação e a gestão ambiental; e g) a inserção e a consolidação das atividades turísticas (OLIVEIRA, 2013, p.80).

Embora o Pacto tenha estruturado diversas ações, Oliveira (2013) considera que o objetivo primordial dessa política era fortalecer a caprinovinocultura, bem como aumentar a produtividade, a organização rural e a rentabilidade. Para alcançar tais objetivos e concretizar de fato a cadeia produtiva da caprinovinocultura (leite, carne e couro) houve, por exemplo, o melhoramento genético dos rebanhos através da introdução de novas raças e da prática de inseminação artificial; vacinação dos animais e ações higiênicas-sanitárias quanto à alimentação e abrigo dos rebanhos (OLIVEIRA, 2013).

No que diz respeito às ações políticas que rebatem atualmente no município de Cabaceiras, destacamos o PAA, política pública que tem como objetivo principal incentivar a produção agrícola e destiná-la no intuito de promover o acesso à alimentação por parte daquelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional. Para realizar tais objetivos, o PAA é constituído por cinco modalidades, a conhecer: Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea; Compra Direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoques pela Agricultura Familiar; Compra Institucional e Incentivo à Produção de Leite (PAA/Leite).

O Programa do Leite, objeto de estudo desta pesquisa, implementado e coordenado na Paraíba pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano e executado pela Fundação de Ação Comunitária (FAC) distribui 1200 litros de leite por dia, beneficiando a população do semiárido, ou seja, essa política pública, além de provocar melhorias na qualidade de vida das pessoas também possibilita a geração de renda (SOARES; RODRIGUES, 2013).

Quanto ao público alvo, o Programa do Leite, política pública que integra o PAA, possui dois beneficiados, são eles: os fornecedores (os agricultores familiares camponeses, que podem fornecer os alimentos de maneira individual ou através, por exemplo, das

cooperativas em que participam, porém em ambos os casos é necessário possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP) e as famílias que recebem o leite advindo da operacionalização do Programa.

De acordo com Soares e Rodrigues (2013) os critérios para os agricultores familiares camponeses que fornecem o leite e as famílias que recebem o leite, respectivamente, são: a produção não pode exceder o volume máximo de 100 litros por dia (priorizando aqueles que produzem 30 litros ao dia); respeitar limite financeiro de R\$ 3.500,00 por agricultores familiares camponeses (semestralmente); estar apto, mediante declaração emitida pelo PRONAF (enquadrado nas categorias A ou E); comprovar vacinação dos animais; e renda per capita de até meio salário mínimo; ter na família crianças de até 06 anos; estar amamentando até 06 meses após o parto; gestantes e idosos a partir de 60 anos; além de outros critérios que sejam autorizados pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Atualmente, segundo os dados obtidos na FAC, há setenta e quatro agricultores familiares camponeses do município de Cabaceiras que fornecem o leite diariamente à Cooperativa dos Capribovinocultores do Município de Cabaceiras e Região LTDA – CAPRIBOV (**Fotografia 01**), sendo que desse total, cinquenta são de produção caprina, enquanto, vinte e quatro de produção bovina.



Fotografia 01 – Fachada da CAPRIBOV, no município de Cabaceiras - PB

A CAPRIBOV conta com 60 cooperados, porém, no momento, apenas 30 estão produzindo. Este fato ocorre devido às dificuldades enfrentadas durante o período de

estiagem, no entanto, a Cooperativa está recebendo leite de fornecedores de outros municípios, a exemplo, dos agricultores familiares camponeses de Gurjão (57 fornecedores de leite de cabra e 09 de leite de vaca), município que teve a sua usina recentemente fechada.

Em relação às famílias que recebem o leite diariamente, Soares e Rodrigues (2013) destacam que em Cabaceiras há 323 famílias cadastradas no Programa do Leite e ainda ressaltam que essas famílias necessitam estar com o cartão de vacinação em dia e frequentando a escola. Se considerarmos, por exemplo, que cada família é formada por 04 pessoas chegaremos ao total de 1292 pessoas recebendo o leite processado por essa política pública.

A CAPRIBOV é responsável por receptionar, coletar, armazenar, pasteurizar, embalar e transportar o leite para as localidades em que as famílias beneficiadas possam, em geral, receber 1 litro de leite por dia. Toda a sua estrutura foi financiada pelo Governo do Estado da Paraíba por meio do Projeto Cooperar⁵, tendo como parceria o Banco Mundial e o Banco do Nordeste (OLIVEIRA, 2013). Os seguintes equipamentos listados anteriormente foram obtidos e instalados da seguinte maneira:

[...] em 1999, a infraestrutura para produção e equipamentos, que permitia beneficiar 150 litros de leite por dia; em 2004, reforma na Usina. No mesmo ano, com recursos do MDA, fizeram a compra de equipamentos, como pasteurizador com capacidade para 600 litros por hora; embaladeira para 1000 litros por hora; câmara de congelamento (estocagem do leite), que permite atualmente o resfriamento de 3000 a 4000 litros de leite por dia (SOARES; RODRIGUES, 2011, p.108-109).

A construção e o funcionamento da CAPRIBOV podem ser considerados como um dos elementos fundamentais no processo de fortalecimento da pecuária local, conforme assinalado por Oliveira (2013), e ainda, acrescentamos, como um elemento para a (re)produção da agricultura familiar camponesa. Para evidenciar a importância desse processo, apresentamos a tabela 01, que expressa o número de estabelecimentos, o volume da produção e o valor da produção, segundo a agricultura familiar, no ano de 2006.

⁵ O Projeto Cooperar foi uma política pública, criada pela Lei Nº 6.523 de 10 de setembro de 1997, vinculada à Secretária de Planejamento do Estado da Paraíba (SEPLAN), que apoiou-se no discurso de combate à pobreza rural, para tanto, implementou subprojetos de infraestruturas, produtivos e sociais (RODRIGUES, 2011).

Variáveis	Leite de Vaca	Leite de Cabra	Total
Estabelecimentos (Unidades)	291	43	334
Quantidade produzida (Litros)	1 282 010	130 051	1 412 061
Valor da produção (Reais)	730 672	124 057	854 729

Fonte: IBGE, 2006.

Tabela 01 – Número de estabelecimentos, volume da produção e valor da produção do leite de vaca e cabra, segundo a agricultura familiar, em Cabaceiras (2006)

A partir dos dados apresentados, e das informações coletadas, constatamos que a produção leiteira é a maior fonte de renda do município, acarretando um total de 854 729 reais naquele ano. A renda gerada a partir da produção leiteira provoca melhorias na qualidade de vida da população, além disso, boa parte dessa renda, por exemplo, circula na Festa do Bode Rei, fortalecendo, assim, a cadeia da caprinocultura.

Nesse contexto, compreender o processo de (re)produção da agricultura familiar camponesa, assim como os rebatimentos proporcionados pelo Programa do Leite no território de Cabaceiras, nos auxilia a compreender que “as políticas públicas mais do que implementadas no território, indicam, direcionam e redirecionam os usos do território, evidenciando o potencial político da categoria território usado” (STEINBERGER, 2013, p.63). Dessa maneira, o território inserido no processo de reestruturação produtiva da pecuária torna-se um elemento de compreensão das políticas de desenvolvimento rural.

Premissas de Conclusão

À vista do acima exposto, consideramos que o desenvolvimento não se resume apenas ao crescimento econômico, mas em algo que implica, ao longo do tempo, em mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, que possibilitam a expansão das liberdades, a melhoria da qualidade de vida das pessoas através da implantação de políticas públicas. Entretanto, as políticas públicas não podem ser compreendidas somente pelo seu caráter político, ou seja, se faz necessário e importante entendê-las pelo enfoque geográfico, isto é, considerando os seus rebatimentos no território, uma vez que elas indicam, direcionam e redirecionam os usos desse território.

As ideias de desenvolvimento local, integrado e sustentável que permearam o Pacto Novo Cariri, foi apenas uma estratégia da classe política de se reproduzir socialmente, tendo

em vista que não houve resultados significativos do ponto de vista social, ou seja, os seus idealizadores privilegiaram o desenvolvimento e a modernização da produção no intuito de fortalecer a cadeia da caprinovinocultura.

No que se refere ao Programa do Leite, constatamos, embora de forma parcial, que essa política pública vem propiciando dinâmicas socioterritoriais que estão possibilitando melhores condições de reprodução da vida dos fornecedores de leite, das famílias beneficiadas e, principalmente, favorecendo a (re)produção da agricultura familiar camponesa. Além disso, o PAA/Leite está sendo executado de maneira articulada com outras políticas, a título de exemplo, a merenda escolar, possibilitando, desse modo, o incentivo, o acesso e o fortalecimento da produção familiar.

Essa forma de pensar, considerando que as políticas públicas sejam trabalhadas de maneira articuladas, não é tão recente, pois Josué de Castro, em sua obra clássica Geografia da Fome, já apontava com muita propriedade a educação, a revolução cultural e a orientação política do povo como caminhos para a superação, por exemplo, da pobreza e da fome no semiárido. Também destacava a necessidade de uma mudança estrutural do sistema socioeconômico e político, ao propor, por exemplo, projetos de desenvolvimento econômico do Nordeste num contexto de uma política nacional de desenvolvimento. Portanto, isso pressupõe uma mudança significativa no modelo de desenvolvimento e na execução de políticas públicas.

Referências Bibliográficas

CABRAL, Elisa Maria et al. (Org.). **Os Cariris Velhos da Paraíba**. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária e A União, 1977.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

HENTZ, Carla; ARISTIDES, Marleide de Jesus da Silva; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Estado, políticas públicas e desenvolvimento da agricultura no Brasil. Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – **XXII ENGA**, set.2015, p.38-60.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em: 07 de agosto de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 07 de agosto de 2017.

NIMER, Edmon. **Pluviometria e recursos hídricos de Pernambuco e Paraíba**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1979.

OLIVEIRA, Petrucio Clécio Alves de. **Reestruturas territoriais e novas territorialidades no Cariri paraibano**: reflexões a partir do Pacto Novo Cariri. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2013.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. UM OLHAR DIRIGIDO AO CAMPO E AO CAMPUS: Narrativa e caminhos de uma investigação sobre políticas públicas no Estado da Paraíba, Brasil. In: RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira (Org.). **Do campus ao campo**: olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011, p.13-86.

SANTOS, Josefa de Lisboa. O desenvolvimento local sustentável como ideologia do protagonismo social. In: **Revista Okara: geografia em debate**, v.6, n.1, p.60-68. DGEOC/CCEN/UFPB. João Pessoa – PB. 2012. Disponível em: www.okara.ufpb.br. Acessado em: 14 de julho de 2017.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, novembro de 2003.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Anieres Barbosa da. **Políticas públicas, desigualdade e vulnerabilidade social nas pequenas cidades do Cariri paraibano** (Relatório de Pesquisa) UFPB/CNPQ, João Pessoa-PB, 2015.

SILVA, Joannes Moura da.; MEDEIROS, Verônica Pereira de.; SILVA, Suayze Douglas da.; SILVA, Anieres Barbosa da. Reestruturação produtiva da agropecuária no município de Cabaceiras-PB. Trabalho apresentado no I Congresso internacional da diversidade do semiárido – I CONIDIS, Campina Grande-PB, 10 a 12 de novembro de 2016.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, v.25, núm 69, septiembre-diciembre, 2008, p.1-19.

SOARES, Ana Bernadete de Carvalho Accioly; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. POBREZA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O Projeto Cooperar na Paraíba. In: RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira (Org.). **Do campus ao campo**: olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011, p.89-114.

SOARES, Ana Bernadete de Carvalho Accioly; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. PROGRAMA DO LEITE EM CABACEIRAS/PB: CONTRAPONTO ENTRE OS DISCURSOS DE COMBATE À POBREZA, O BANCO MUNDIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO. **Cadernos do Logepa**. v.8, n.1-2, Jan-Dez-2013, p.64-78.

SOUZA, Bartolomeu Israel de. **Cariri Paraibano: do Silêncio do Lugar à Desertificação**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2008.

STEINBERGER, Marília. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: STEINBERGER, Marília et al. (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013, p.31-64.